



28205737

08011.000102/2023-11

Boletim de Serviço em 21/06/2024

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva

## RESOLUÇÃO CGE Nº 27, DE 19 DE JUNHO DE 2024

O COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º e pelo parágrafo único do art. 2º, do Anexo I, da Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022, e com base no art. 2º e art. 7º, do Anexo X, da mesma Portaria,

## RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e detalhar o conteúdo do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o período de 2024 a 2027, na forma dos anexos a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL CARLOS DE ALMEIDA NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por Manoel Carlos de Almeida Neto, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 20/06/2024, às 16:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador 28205737 e o código CRC 1D71BCD5  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I - Diretrizes Estratégicas (27932060);

ANEXO II - Matriz SWOT (27932074);

ANEXO III - Cadeia de Valor (27933194);

ANEXO IV - Mapa Estratégico (27932213);

ANEXO V - Indicadores e metas estratégicos (27932828);

ANEXO VI - Carteira de projetos estratégicos (27932879); e

ANEXO VII - Plano de Comunicação do Planejamento Estratégico (27932944).

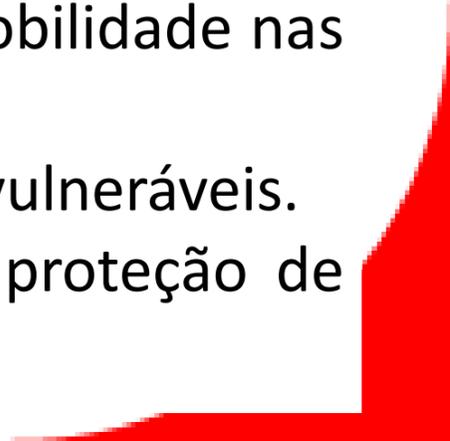
Referência: Processo nº 08011.000102/2023-11

SEI nº 28205737

Criado por [rodrigo.cesar](#), versão 4 por [luana.magalhaes](#) em 20/06/2024 11:14:55.



# DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- Gestão de políticas públicas integradas e em cooperação com os entes federados.
  - Incentivo ao diálogo e à participação da sociedade civil.
  - Enfrentamento à criminalidade, inclusive aos crimes digitais e ambientais, particularmente na região Amazônica e nas áreas de fronteira.
  - Segurança pública cidadã humanizada, observado o uso adequado da força policial.
  - Combate às desigualdades, com atenção especial aos grupos sociais e aos territórios vulnerabilizados.
  - Controle responsável da circulação de armas de fogo no país.
  - Incentivo às políticas públicas de prevenção ao uso problemático do álcool e outras drogas.
  - Desenvolvimento de políticas penais que possibilitem a expansão de medidas de segurança nas unidades prisionais, bem como o acesso a direitos e a reintegração social das pessoas privadas de liberdade.
  - Fortalecimento da capacidade de gestão e de governança do Ministério, a fim de aprimorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.
  - Fortalecimento das práticas de gestão de pessoas, da qualidade de vida dos servidores no trabalho e da melhoria contínua das entregas institucionais.
  - Desenvolvimento de ações educativas, preventivas e ostensivas para promoção da segurança e mobilidade nas rodovias federais.
  - Políticas de promoção do acesso à justiça e de resolução de conflitos sociais, com foco em grupos vulneráveis.
  - Fortalecimento do ambiente concorrencial justo, das relações de consumo e da regulação de proteção de dados pessoais no Brasil, com sua adequada disseminação.
- 

# MATRIZ SWOT

## Ambiente interno ao Ministério

### S (Pontos fortes)

Vantagens internas que o Ministério possui em relação ao seu ambiente externo

- Capacidade de mediar conflitos.
- Amplitude de alcance e de mobilização das forças de segurança para atuação integrada em todo o território nacional.
- Referência nacional em procedimentos e em protocolos de segurança pública.
- Capacidade de articulação com outros órgãos de âmbito nacional e internacional.
- Cultura organizacional de integridade e transparência.
- Sistema de governança estruturado no Ministério.
- Engajamento da alta administração.
- Sistema Único de Segurança Pública implementado.
- Maturidade no processo de execução orçamentária e financeira.
- Capacidade técnica, multidisciplinariedade e experiência das equipes para desempenho das atividades, com foco na obtenção de resultados.
- Confiança dos servidores no trabalho das lideranças.
- Oferta de capacitações, treinamento e educação continuada para os servidores.
- Alto grau de comprometimento e dedicação dos servidores.
- Maturidade no processo de gestão de bens apreendidos oriundos do crime.
- Possibilidade de realizar mobilização de servidores para consecução de projetos específicos.
- Utilização de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação no gerenciamento de grandes volumes de dados para a execução das políticas públicas do Ministério.
- Processo de fortalecimento de Tecnologia da Informação e Comunicação com adoção de novas tecnologias.
- Metodologia de gestão de risco estruturada.
- Maturidade em governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Prestação de serviços digitais à sociedade.

### W (Pontos fracos)

Aspectos internos que interferem ou prejudicam o andamento do Ministério

- Dispersão de esforços em ações concorrentes de temas transversais às áreas do Ministério.
- Estrutura organizacional com cargos e funções insuficientes frente às competências da Pasta.
- Alta rotatividade e insuficiência do quadro efetivo de pessoal.
- Ausência de plano de carreira para a área administrativa e de implantação de iniciativas voltadas à retenção de talentos.
- Dificuldade de fixação do efetivo em áreas remotas.
- Infraestrutura física inadequada das unidades capilarizadas pelo país.
- Capacidade limitada de atendimento das demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

# MATRIZ SWOT

## Ambiente externo ao Ministério

### O (Oportunidades)

Forças externas que influenciam positivamente o Ministério

- Padronização e compartilhamento de processos de trabalho no âmbito do Governo Federal.
- Abertura para articulação e cooperação com parceiros nos cenários nacional e internacional.
- Existência de fundos com recursos não contingenciáveis.
- Possibilidade de ampliação das fontes de receita e de financiamento de políticas públicas com a publicação do novo Regime Fiscal.
- Projeção e relevância dos temas do Ministério para a sociedade e para os órgãos das esferas governamentais.
- Grande repercussão dos temas relacionados ao acesso à informação, à proteção de dados, à governança, à integridade e à transparência pública.
- Fortalecimento da temática de Direitos Humanos, com atenção à pauta antirracista, LGBTQIA+, ao feminicídio, aos povos indígenas e às comunidades tradicionais e outros grupos vulneráveis.
- Reconhecimento global da importância do enfrentamento aos crimes ambientais.
- Ampliação dos mecanismos de participação e de diálogo com a sociedade civil.
- Abertura do Governo Federal para o fortalecimento do quadro de pessoal do serviço público.
- Evolução dos sistemas de inteligência.
- Alta demanda da sociedade por melhoria e humanização da segurança pública.
- Possibilidade de utilização e de integração de dados e estatísticas para a formulação de políticas públicas baseadas em evidência.
- Novas tecnologias disponíveis para fortalecer a gestão das políticas públicas e a gestão administrativa do Ministério.
- Iniciativas do Governo Federal para melhoria e adoção de boas práticas na prestação dos serviços da administração pública.
- Ambiente favorável ao combate à corrupção e à criminalidade.

### T (Ameaças)

Forças externas que influenciam negativamente o Ministério

- Restrição orçamentária e fiscal.
- Limitação na disponibilidade de servidores de Tecnologia da Informação e Comunicação para atuação no Ministério.
- Baixa governabilidade junto a atores envolvidos na implementação das políticas públicas do Ministério.
- Mudanças legislativas que impactam a gestão de políticas públicas.
- Alterações substanciais na estrutura e nas competências do órgão.
- Baixa confiabilidade dos dados estatísticos fornecidos pelos entes federados.
- Evasão de servidores para outros órgãos com maior atratividade.
- Elevado impacto social e econômico a partir da crescente sofisticação e diversificação das práticas criminosas.
- Incidência de doenças relacionadas à saúde mental e de suicídio em servidores das forças de segurança pública dos estados e municípios.
- Superencarceramento no Brasil.
- Fatores geográficos e políticos que dificultam o controle nas fronteiras.
- Aceleração da interiorização da violência, especialmente em locais de maior vulnerabilidade.
- Disparidade da infraestrutura de tecnologia, de comunicação e de logística de parceiros do Ministério.
- Ocorrência de ondas migratórias em grande escala ao território brasileiro.
- Estigmas sociais relacionados à política sobre drogas e penitenciária.
- Baixo nível de maturidade de governança e gestão nas contratações públicas pelos entes subnacionais.
- Deficiência na aplicação de conceitos, doutrinas e procedimentos em segurança pública pelos estados e municípios.

### PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

#### Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Gerenciar ações referentes ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

PF | Senajus | Senasp

Gerenciar a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro

Senajus



Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

### GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

#### Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública

Gerenciar a integração de sistemas de dados e informações de interesse da segurança pública

PF | PRF | Senappen | Senasp

Promover o fortalecimento de mecanismos de governança em segurança pública

Senasp

Gerenciar o conhecimento e ações de inteligência em segurança pública

PF | PRF | Senasp

Apoiar a estruturação das instituições de segurança pública

Senasp

Gerenciar a inteligência do sistema penitenciário

Senappen

Promover a indução e a disseminação de ações de prevenção em segurança pública

Senasp

Gerenciar os bancos de dados biométricos afetos à segurança pública

PF | Senasp

Gerenciar a estratégia de operações integradas de segurança pública

PF | PRF | Senappen | Senasp

Gerenciar os estabelecimentos penais federais

Senappen

Gerenciar os dados, informações e estatísticas do sistema prisional

Senappen

Produzir informações integradas em segurança pública

PF | PRF | Senappen | Senasp

#### Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais

Promover conhecimento de temas afetos à segurança pública

PF | PRF | Senappen | Senasp

Promover a indução e a disseminação de ações de valorização de pessoal de segurança pública

Senasp

Promover capacitações em segurança pública

PF | PRF | Senasp

Atualizar doutrina em segurança pública e de inteligência penitenciária

PF | PRF | Senappen | Senasp



Proteção e Segurança da Sociedade

#### Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública

Controlar a aquisição e a movimentação de armas de fogo de uso permitido

PF

Credenciar empresas de segurança de trânsito

PRF

Controlar a produção e a movimentação de precursores químicos

PF

Controlar a execução das atividades de segurança privada

PF

#### Gestão de Segurança Viária

Promover a segurança e a livre circulação nas rodovias federais

PRF

Fiscalizar o trânsito em rodovias federais

PRF

Promover o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar em rodovias federais

PRF

Promover educação para o trânsito

PRF

#### Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública

Gerenciar investigações criminais

PF

Gerenciar operações policiais e suporte tático e técnico operacionais

PF | PRF

Gerenciar operações da Força Nacional

Senasp

Realizar escolta e segurança de dignitários e autoridades

PF | PRF

Gerenciar operações de prevenção e repressão a crimes e ilícitos em rodovias federais e em áreas de interesse da União

PRF

Realizar segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais

PRF

Prover proteção a testemunhas e réus colaboradores

PF

Realizar identificação criminal

PF

Gerenciar atividades criminalísticas

PF

Gerenciar ações de inteligência policial para a produção de conhecimentos no interesse da investigação criminal

PF

#### Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras

Controlar o fluxo migratório internacional

PF

Realizar atividades de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras

PF

### PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO

#### Garantia dos Direitos da População Prisional

Promover a aplicação de alternativas penais em substituição à prisão

Senappen

Promover ações de reintegração social em estabelecimentos penais

Senappen

Fortalecer a rede de controle e participação social na execução penal

Senappen

Promover a valorização, a capacitação e a qualidade de vida dos trabalhadores dos serviços penais

Senappen

Gerenciar ações de ampliação de vagas e modernização dos estabelecimentos prisionais

Senappen

#### Garantia dos Direitos dos Migrantes e Refugiados

Decidir sobre reconhecimento da condição de refugiado

Senajus

Produzir conhecimento na temática migratória

Senajus

Decidir sobre processos de autorização de residência laboral a imigrantes

Senajus

Decidir sobre concessão, perda e cancelamento de autorizações de residência

Senajus

Decidir sobre processos de nacionalidade, naturalização, igualdade de direitos e apatridia

Senajus

Decidir sobre processos de expulsão

Senajus

#### Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Coordenar a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Senajus

#### Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fiscalizar a adoção internacional de crianças e adolescentes

PF | Senajus

Gerenciar a Política de Classificação Indicativa para Obras Audiovisuais

Senajus



Garantia de Direitos do Cidadão, do Migrante e do Refugiado

#### Proteção dos Direitos do Cidadão

Gerenciar a Política de Prevenção e Reparação de Danos Coletivos e Difusos

Senacon

Articular políticas de diagnóstico, modernização, aprimoramento e acesso ao sistema de justiça

Saju

Qualificar Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações Estrangeiras

Senajus

Atuar em processos de demarcação e proteção territorial de terras indígenas

Saju

Articular ações para cumprimento adequado de decisões judiciais em conflitos fundiários

Saju

Promover solução para conflitos fundiários

Saju

Promover direitos para o acesso à justiça, redução da violência, proteção de vulneráveis e pessoas ameaçadas

Saju

#### Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais

Estruturar o ambiente normativo de proteção de dados no Brasil

ANPD

Promover a cultura de proteção de dados no Brasil

ANPD

Promover o relacionamento com a sociedade e com parceiros

ANPD

#### Gestão dos Direitos e das Garantias Constitucionais em Ambiente Digital

Articular ações e políticas para a proteção dos direitos e das garantias constitucionais em ambiente digital

Sedig

Proteger e promover os direitos em ambiente digital

Sedig

### DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

#### Defesa do Consumidor

Gerenciar a Política Nacional das Relações de Consumo

Senacon

Coordenar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

Senacon

Gerenciar a produção do conhecimento sobre a defesa do consumidor

Senacon

Fiscalizar o cumprimento das normas de defesa do consumidor e aplicar sanções em âmbito nacional

Senacon

Promover a defesa do consumidor junto aos órgãos federais, agências reguladoras e mercado de consumo

Senacon

#### Gestão da Defesa da Concorrência

Planejar a gestão da defesa da concorrência

Cade

Promover a orientação e a educação sobre defesa da concorrência

Cade

Gerenciar o controle preventivo de infrações à ordem econômica

Cade

Gerenciar o controle repressivo de infrações à ordem econômica

Cade

Gerenciar o julgamento de decisões sobre defesa da concorrência

Cade

Monitorar a gestão da defesa da concorrência

Cade



Defesa do Consumidor e Ambiente Concorrencial Saudável

### GESTÃO DE ATIVOS E DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

#### Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação

Gerenciar ativos

Articular medidas para efetivar a arrecadação de recursos

Senad

#### Gestão e Articulação da Política sobre Drogas

Articular a Política sobre Drogas

Senad

Fomentar a Política sobre Drogas

Senad



Gestão Efetiva e Eficiente de Recursos Aprendidos do Crime para Financiamento de Políticas Públicas

### COOPERAÇÃO GOVERNAMENTAL E INTERSETORIAL

#### Articulação entre Poderes

Analisar atos para sanção ou veto presidencial

Sal

Qualificar a elaboração normativa, em articulação com atores do poder público e da sociedade

Aspad | PF | PRF | Saju | Sal | Sedig | Senacon | Senad | Senajus | Senappen | Senasp

Instruir e opinar sobre processos de provimento e vacância relacionado a membros do Poder Judiciário

GM

#### Articulação Internacional

Gerenciar a cooperação jurídica internacional

PF | Senajus | Cade

Conduzir negociações de acordos e consultas bilaterais e multilaterais

Senajus



Participação e Suporte à Tomada de Decisão do Governo Federal

### GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE

#### Gestão e Controle Institucional

Gerenciar estratégia

SE | PF | PRF | Senappen | ANPD | Cade

Prestar contas da gestão

GM | SE | AECI | Conj | PF | PRF | Saju | Sal | Sedig | Senacon | Senad | Senajus | Senappen | Senasp | ANPD | Cade

Gerenciar processos organizacionais

SE | PF | PRF | Senappen | ANPD | Cade

Realizar atos de correição

Coger | PF | PRF | Senappen | ANPD

Promover a transparência, o acesso à informação e o controle social

GM | PF | PRF | Senappen | ANPD | Cade

Gerenciar riscos, integridade e controle interno

AECI | ANPD | Cade

Gerenciar políticas públicas

SE | PF | PRF | Saju | Sal | Sedig | Senacon | Senad | Senajus | Senappen | Senasp | ANPD | Cade

Gerenciar informação

SE | PF | PRF | Senappen | Senasp | ANPD | Cade

Prover consultoria jurídica

Conjur | ANPD | Cade

Gerenciar estrutura organizacional

GM | SE

Gerenciar o portfólio de programas e projetos

SE | PF | PRF | Senappen | ANPD | Cade

Gerenciar ouvidoria

GM | OUV | PF | PRF | Senappen | ANPD | Cade

Prover assessoria internacional

Asint

Gerenciar informações de custos

SE | PF

Gerenciar transferências públicas

SE | PF | PRF | Saju | Sal | Sedig | Senacon | Senad | Senajus | Senappen | Senasp | ANPD | Cade

Prover assessoria legislativa, parlamentar e federativa

Sal

#### Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil

Gerenciar programação financeira

GM | SE | PF | PRF | Saju | Sal | Sedig | Senacon | Senad | Senajus | Senappen | Senasp | ANPD | Cade

Gerenciar contabilidade

SE | PF | PRF | Senappen | ANPD | Cade

Gerenciar emendas parlamentares

GM | SE | PF | PRF | Saju | Sal | Sedig | Senacon | Senad | Senajus | Senappen | Senasp | ANPD | Cade

Gerenciar o orçamento

GM | SE | PF | PRF | Saju | Sal | Sedig | Senacon | Senad | Senajus | Senappen | Senasp | ANPD | Cade

#### Gestão de Pessoas

Gerenciar atos de aposentadoria e pensões

Gerenciar saúde e segurança ocupacional

Gerenciar programa de estágio

Gerenciar despesa de pessoal

Gerenciar informação funcional

Gerenciar o desenvolvimento humano organizacional

SE | PF | PRF | Senappen | ANPD | Cade

#### Comunicação

Gerenciar a comunicação institucional

Promover a comunicação interna

Gerenciar o relacionamento com a imprensa

GM

#### Gestão da Logística

Gerenciar contratos de aquisição de bens e de serviços

SE | PF | PRF | Senappen | Senasp | ANPD | Cade

Gerenciar suprimentos

SE | PF | PRF | Senappen | ANPD | Cade

Gerenciar patrimônio

SE | PF | PRF | Senappen | Senasp | ANPD | Cade

Gerenciar projetos de arquitetura e engenharia

SE | PF | PRF | Senappen | ANPD | Cade

Gerenciar o planejamento das contratações e a seleção de fornecedores

SE | PF | PRF | Senappen | Senasp | ANPD | Cade

#### Governança da Tecnologia de Informação

Gerenciar soluções de tecnologia da informação e comunicação

Gerenciar serviços e suporte de tecnologia da informação e comunicação

Avaliar gestão de tecnologia da informação e comunicação

Gerenciar processos de tecnologia da informação e comunicação

Prover governança de tecnologia da informação e comunicação

SE | PF | PRF | ANPD | Cade

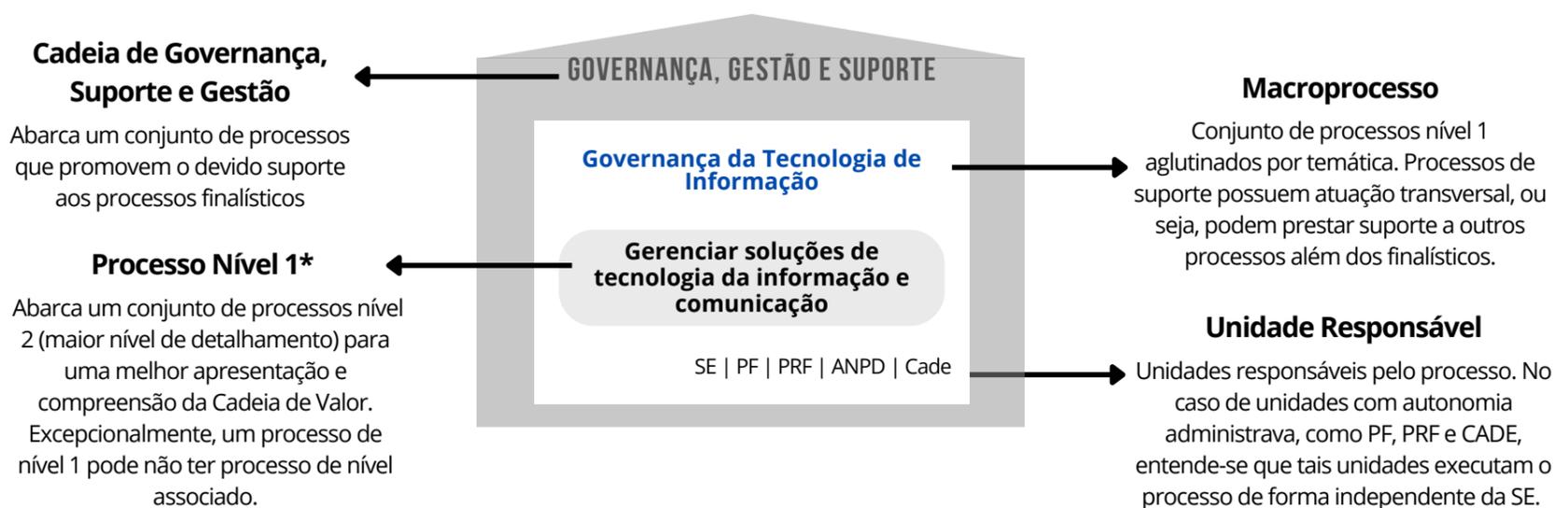
# GUIA

## COMO LER ESTE MATERIAL

### Cadeia de Valor - Finalística



### Cadeia de Valor - Governança, Gestão e Suporte



\* Informações mais detalhadas sobre os processos de nível 1 da Cadeia de Valor podem ser obtidas no anexo "Arquitetura de Processos"

## SIGLAS

AECI – ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO  
 ANPD - AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS  
 ASINT – ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS  
 CADE – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA  
 COGER – CORREGEDORIA-GERAL  
 CONJUR – CONSULTORIA JURÍDICA  
 ENCCLA - ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO  
 GM – GABINETE DO MINISTRO  
 MJSP – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
 OUV – OUVIDORIA-GERAL  
 PF – POLÍCIA FEDERAL

PRF – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
 SAJU - SECRETARIA DE ACESSO À JUSTIÇA  
 SAL – SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS  
 SE – SECRETARIA-EXECUTIVA  
 SENACON – SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR  
 SENAD - SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS  
 SENAJUS – SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA  
 SENAPPEN – SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAS  
 SENASP - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

# MAPA ESTRATÉGICO 2024 - 2027

Ministério da Justiça e  
Segurança Pública

## MISSÃO

Atuar para a consolidação do Estado Democrático de Direito, zelando pela ordem jurídica, pelo cumprimento de garantias constitucionais e pela implantação de uma política de segurança pública cidadã.

## VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da democracia e essencial na defesa da cidadania, na proteção de direitos, no fortalecimento do acesso à justiça e na gestão de uma política de segurança pública humanizada, em cooperação com os entes federados e com os demais Poderes.

## VALORES

Ética | Valorização das Pessoas | Defesa do Interesse Público | Comprometimento | Atuação Colaborativa

### SOCIEDADE E GOVERNO

Promover a segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade

Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais

### FOCO DE ATUAÇÃO

Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade

Promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas

Fortalecer a segurança viária e a mobilidade nas rodovias federais

Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública

Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas

Aprimorar o processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas públicas

### PESSOAS E INFRAESTRUTURA

Promover a valorização, o desenvolvimento, a atração e a retenção de talentos

Otimizar e consolidar a gestão e a governança institucional

Potencializar e aprimorar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Otimizar a gestão orçamentária e financeira

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
1	Promover a segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade	SENASP	Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados	60 Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados até 2027 2024: 10 2025: 30 2026: 50 2027: 60	Construir e equipar Centros Comunitários pela Vida, nas capitais e nos municípios com taxas de homicídios elevadas, de acordo com a implementação do projeto.
			Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados	40 equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados até 2027 2024: 3 2025: 16 2026: 28 2027: 40	Construir e equipar capitais para o serviço especializado no acolhimento de mulheres e de meninas em situação de violência.
			Índice de percepção do risco de vitimização	26% de percepção do risco de vitimização até 2027 2024: 32% 2025: 28% 2026: 27% 2027: 26%	Compreender o fenômeno social da violência e seus efeitos, buscando não apenas mitigá-los, mas também provocar uma mudança cultural.
		SAJU	Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos	100% dos estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos até 2027 2024: 25% 2025: 50% 2026: 75% 2027: 100%	Criar políticas de justiça para alcançar o atendimento da população em todos os estados do Brasil, com serviços de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos, especialmente nas cidades com maior índice de violência.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais	ANPD	Publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais	8 publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais até 2027 2024: 2 2025: 4 2026: 6 2027: 8	Mensurar a quantidade de publicações dos itens previstos na Agenda Regulatória da Autoridade Nacional de Proteção de Dados que são publicados e, dessa forma, dão corpo à política pública de proteção de dados pessoais.
		CADE	Tempo médio de Ato de Concentração Sumário	27 dias até 2027 2024: 30 2025: 29 2026: 28 2027: 27	Aferir a eficiência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica no controle de concentrações econômicas, com foco nos processos com menor potencial ofensivo à concorrência, que podem ser instruídos por meio de rito sumário, conforme critérios estipulados.
		SENACON	Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br	85% de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br até 2027 2024: 78% 2025: 80% 2026: 85% 2027: 85%	Identificar o percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br.
			Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor	140.000 vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor até 2027 2024: 35.000 2025: 35.000 2026: 35.000 2027: 35.000	Mensurar o quantitativo de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais	SENAJUS	Percentual de cumprimento dos pedidos ativos diligenciados	86% de cumprimento dos pedidos ativos diligenciados até 2027 2024: 80% 2025: 82% 2026: 84% 2027: 86%	Promover a ampliação da análise processual com segurança jurídica dos pedidos de cooperação jurídica internacional.
			Percentual de processos de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididos	98% dos processos de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididos até 2027 2024: 95% 2025: 96% 2026: 97% 2027: 98%	Medir a quantidade de solicitações de autorização de residência decididas.
			Percentual de processos de naturalização decididos	81% dos processos de naturalização decididos até 2027 2024: 78% 2025: 79% 2026: 80% 2027: 81%	Monitorar o desempenho da unidade em relação à análise e à decisão de processos de naturalização, buscando o aumento de sua eficiência.
			Percentual de processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos	90% dos processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos até 2027 2024: 87% 2025: 88% 2026: 89% 2027: 90%	Mensurar os pedidos de reconhecimento da condição de refugiado finalizados, demonstrando a capacidade de trabalho do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare.
			Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo	5.320 vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo até 2027 2024: 1.180 2025: 1.280 2026: 1.380 2027: 1.480	Mensurar o quantitativo de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
3	Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade	PF	Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira	26.680 km <sup>2</sup> de área desmatada na Amazônia Legal Brasileira até 2027 2024: 9.280 2025: 7.540 2026: 5.800 2027: 4.060	Mensurar o esforço de atuação da Polícia Federal na diminuição da área desmatada na Amazônia Legal Brasileira.
			Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária	379.587,41 kg de cocaína apreendida em operações de polícia judiciária até 2027 2024: 93.999,67 2025: 188.469,33 2026: 283.600,28 2027: 379.587,41	Privar as organizações criminosas de seus recursos financeiros, reduzindo a sua capacidade de operação, e impactando negativamente as suas atividades criminosas.
			Índice de identificação de autoria de crimes cibernéticos	51,75% de identificação de autoria de crimes cibernéticos até 2027 2024: 51,00% 2025: 51,25% 2026: 51,50% 2027: 51,75%	Mensurar a eficiência das investigações conduzidas por meio de inquéritos policiais, evidenciando a capacidade de identificar os responsáveis por tais delitos.
			Índice de solução de inquéritos	83,75% de solução de inquéritos até 2027 2024: 83,00% 2025: 83,25% 2026: 83,50% 2027: 83,75%	Mensurar a eficiência das investigações conduzidas por meio de inquéritos policiais.
			Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento	560 dias até 2027 2024: 650 2025: 620 2026: 590 2027: 560	Monitorar o tempo médio de duração dos inquéritos policiais no âmbito da Polícia Federal, promovendo a melhoria da eficiência das investigações, de modo a permitir uma resposta mais rápida e eficaz no combate aos crimes.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
3	Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade	PRF	Flagrantes interceptados em rodovias federais	287.941 flagrantes interceptados em rodovias federais até 2027 2024: 66.806 2025: 70.146 2026: 73.653 2027: 77.336	Contribuir para o enfrentamento à criminalidade no país.
		SENASP	Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas	1.960 ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas até 2027 2024: 460 2025: 480 2026: 500 2027: 520	Mensurar a quantidade e a efetividade das ações integradas entre instituições de segurança pública, com foco no enfrentamento às organizações criminosas.
			Taxa de mortes violentas intencionais	21,30 vítimas de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes até 2027 2024: 21,95 2025: 21,73 2026: 21,52 2027: 21,30	Acompanhar o impacto das ações de enfrentamento da criminalidade violenta frente às ocorrências de mortes violentas intencionais.
			Unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos	50 unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos até 2027 2024: 44 2025: 46 2026: 48 2027: 50	Integrar as unidades de perícia aos bancos de dados do Sistema de Análise Balística - SINAB e do Combined DNA Index System - CODIS (Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos - RIBPG).

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
4	Promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas	SENAPPEN	Operações realizadas pela Força Penal Nacional	12 operações realizadas pela Força Penal Nacional até 2027 2024: 3 2025: 6 2026: 9 2027: 12	Atuar em cooperação com a gestão de estabelecimentos penais, apoiando as atividades administrativas, assistenciais, gerenciais e de treinamento e capacitação do sistema penitenciário, assim como as situações de grave crise, utilizando-se de ações técnicas e operacionais especializadas, voltadas à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público.
			Percentual de pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação formal	34% das pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação formal até 2027 2024: 22% 2025: 26% 2026: 30% 2027: 34%	Mensurar a oferta educacional formal, com o objetivo de elevar a escolaridade das pessoas privadas de liberdade e de qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade.
			Pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional	29.282 pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional até 2027 2024: 22.000 2025: 24.200 2026: 26.620 2027: 29.282	Aferir o número de pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional, provendo acesso às redes de apoio de serviços públicos.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
4	Promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas	SENAPPEN	Pessoas em alternativas penais diversas da prisão atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais	145.000 pessoas em alternativas penais diversas da prisão atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais até 2027 2024: 100.000 2025: 115.500 2026: 130.000 2027: 145.000	Aumentar a capacidade de atendimento a decisões judiciais de alternativas penais, fomentando a implantação de centrais integradas de alternativas penais para a ampliação do atendimento e do acompanhamento de pessoas submetidas a formas de responsabilização diversas da privação da liberdade.
			Pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais	182.000 pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais até 2027 2024: 166.000 2025: 171.000 2026: 176.000 2027: 182.000	Estruturar políticas penais que possibilitem a reintegração social de pessoas privadas de liberdade.
			Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal	32.000 vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal até 2027 2024: 8.000 2025: 16.000 2026: 24.000 2027: 32.000	Qualificar os servidores da execução penal, considerando mais adequada a atuação profissional em consonância com os principais normativos vigentes.
5	Fortalecer a segurança viária e a mobilidade nas rodovias federais	PRF	Taxa de mortalidade de acidentes de trânsito em rodovias federais	0,29 óbitos por 10 mil veículos até 2027 2024: 0,39 2025: 0,35 2026: 0,32 2027: 0,29	Reduzir a violência no trânsito das rodovias federais.
			Tempo médio de interdições em rodovias federais	56,74 horas de interdições em rodovias federais até 2027 2024: 58,48 2025: 57,89 2026: 57,32 2027: 56,74	Promover a mobilidade nas rodovias federais.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
6	Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública	SENASP	Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica	3.500 profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica até 2027 2024: 500 2025: 1.000 2026: 1.000 2027: 1.000	Ofertar serviço de atendimentos psicológicos, buscando minimizar o adoecimento dos profissionais, bem como colaborar com a diminuição dos afastamentos em decorrência de patologias mentais e/ou comportamentais.
			Profissionais do Sistema Único de Segurança Pública capacitados	500.000 profissionais do Sistema Único de Segurança Pública capacitados até 2027 2024: 65.000 2025: 102.000 2026: 145.000 2027: 188.000	Mensurar o quantitativo de profissionais do Sistema Único de Segurança Pública capacitados.
7	Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas	SENAD	Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados	40 projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados até 2027 2024: 10 2025: 10 2026: 10 2027: 10	Apoiar projetos propostos pela sociedade civil relacionados à política sobre drogas por meio de financiamento.
			Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis	40 territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis até 2027 2024: 10 2025: 10 2026: 10 2027: 10	Fomentar estratégias de acesso a direitos para grupos de pessoas e de territórios vulnerabilizados no âmbito da política sobre drogas.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
8	Aprimorar o processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas públicas	SENAD	Ativos alienados, incorporados ou doados	16.600 ativos alienados, incorporados ou doados até 2027 2024: 4.000 2025: 4.100 2026: 4.200 2027: 4.300	Acompanhar a evolução de ativos alienados, incorporados ou doados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, de forma a contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública.
			Percentual de ativos destinados	64% de ativos destinados até 2027 2024: 55% 2025: 58% 2026: 60% 2027: 64%	Acompanhar a evolução do percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, com o objetivo de contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública.
			Receita da gestão de ativos	R\$ 975 milhões de receita da gestão de ativos até 2027 2024: R\$ 200 milhões 2025: R\$ 225 milhões 2026: R\$ 250 milhões 2027: R\$ 300 milhões	Apresentar a visão global da evolução dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas, bem como da evolução das receitas recolhidas a outras contas, decorrentes da gestão de ativos promovida pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos.
9	Promover a valorização, o desenvolvimento, a atração e a retenção de talentos	SE	Percentual de unidades organizacionais com dimensionamento da força de trabalho implementado	90% de unidades organizacionais com dimensionamento da força de trabalho implementado até 2027 2024: 50% 2025: 65% 2026: 80% 2027: 90%	Monitorar e avaliar a implementação da metodologia referencial de Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT, necessária para fins de planejamento e de desenvolvimento do quadro funcional da Pasta.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
10	Otimizar e consolidar a gestão e a governança institucional	AECI	Percentual de medidas de tratamento de riscos de integridade monitoradas	100% de medidas de tratamento de riscos de integridade monitoradas até 2027 2024: 100% 2025: 100% 2026: 100% 2027: 100%	Acompanhar as providências dos mecanismos de controle indicadas pelas unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública após a aprovação do Comitê de Governança Estratégica.
			Percentual de notificações de acórdãos e comunicações do Tribunal de Contas da União via Sistema Conecta-TCU monitoradas	100% de notificações de acórdãos e comunicações do Tribunal de Contas da União via Sistema Conecta-TCU monitoradas até 2027 2024: 100% 2025: 100% 2026: 100% 2027: 100%	Acompanhar a implementação tempestiva dos acórdãos e das comunicações exaradas pelo Tribunal de Contas da União - TCU registradas no Sistema Conecta-TCU.
			Percentual de recomendações da Controladoria Geral da União via Sistema e-AUD monitoradas	100% de recomendações da Controladoria Geral da União via Sistema e-AUD monitoradas até 2027 2024: 100% 2025: 100% 2026: 100% 2027: 100%	Acompanhar a implementação tempestiva das recomendações exaradas pela Controladoria-Geral da União registradas no Sistema e-AUD.
		SE	Percentual de satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura	70% de satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura até 2027 2024: 70% 2025: 70% 2026: 70% 2027: 70%	Aferir a satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura prestados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
10	Otimizar e consolidar a gestão e a governança institucional	SE	Percentual de satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais	80% de satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais até 2027 2024: 80% 2025: 80% 2026: 80% 2027: 80%	Aferir a satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais prestados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
			Tempo médio de conclusão dos processos licitatórios	146 dias úteis até 2027 2024: 170 2025: 162 2026: 153 2027: 146	Monitorar o tempo médio de conclusão dos processos licitatórios da unidade central do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
11	Potencializar e aprimorar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	SE	Percentual de implementação dos controles de segurança	100% de implementação dos controles de segurança até 2027 2024: 69% 2025: 79% 2026: 90% 2027: 100%	Monitorar a implementação dos controles de segurança CIS que melhoram a resposta de uma organização a ataques cibernéticos.
			Percentual de satisfação dos usuários em relação aos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	74% de satisfação dos usuários em relação aos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação até 2027 2024: 71% 2025: 72% 2026: 73% 2027: 74%	Aferir a satisfação dos usuários em relação aos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação prestados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
12	Otimizar a gestão orçamentária e financeira	SE	Percentual de execução orçamentária	99% de execução orçamentária até 2027 2024: 99% 2025: 99% 2026: 99% 2027: 99%	Acompanhar o desempenho da execução orçamentária do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
		SENASP	Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional	300 itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional até 2027 2024: 90 2025: 180 2026: 270 2027: 300	Mensurar a quantidade de itens disponibilizados em atas de registros de preços aos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Promover a segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade	PRF	2J	Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal	Implantar câmeras corporais na Polícia Rodoviária Federal, com a finalidade de proteção legal do agente, de aumento da transparência e da responsabilidade nas operações policiais, de aumento da integridade física dos policiais e dos cidadãos abordados, de aumento da urbanidade entre os envolvidos, de redução das reclamações contra os agentes, de melhoria da qualidade das provas coletadas durante a fiscalização de infrações de trânsito, de coleta de imagens para fornecimento das provas na investigação de um crime ou na suspeita de crime e de coleta de imagens para fornecimento das provas na identificação e na responsabilização dos acidentes de trânsito.
			2S	Mapear 2.0	Aprimorar o levantamento, a identificação e o registro de dados qualificados relativos a pontos vulneráveis ao risco de ocorrências de exploração sexual de crianças e adolescentes ao longo das rodovias federais de todo o país.
		SENASP	2V	Câmeras corporais	Disponibilizar um conjunto de soluções técnicas, operacionais e normativas para utilização de câmeras corporais, gerando impacto na melhoria da confiança da população nas instituições de segurança pública, incremento da legitimidade das instituições perante à sociedade brasileira, maior transparência das ações policiais, proteção dos profissionais de segurança pública, ampliação da sensação de segurança, fortalecimento da integração institucional e maior aproximação entre a sociedade e as instituições policiais.
			2X	Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida	Implantar os Centros Comunitários pela Vida, que visam prevenir a violência em territórios vulneráveis, por meio da difusão da cultura de paz e da geração de oportunidades, promovendo a inclusão social e a cidadania, com foco na redução da criminalidade e das desigualdades sociais.

\* O código refere-se à terceira e à quarta posições que definem o enquadramento da despesa em relação aos projetos estratégicos, conforme estabelecido na Portaria de Plano Interno. Utilizar o código 99 quando a despesa não for relacionada a um projeto estratégico.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Promover a segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade	SENASP	2Z	Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres	Apoiar a disseminação do conceito de equipamento público estratégico, que concentra, no mesmo espaço físico, os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência adaptados à realidade institucional de cada local.
			3A	Programa Mulheres Mais Seguras	Implementar e fomentar ações de segurança pública voltadas à prevenção e ao enfrentamento às diversas violências praticadas contra mulheres e meninas.
		SAJU	2K	Ampliação do acesso à justiça	Institucionalizar as bases comunitárias, as comissões de conciliação de conflitos e as clínicas de acesso à justiça como instrumentos de promoção de acesso à justiça e de defesa dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade.
			2L	Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados	Criar iniciativas de promoção de serviços e de integração de ações institucionais para a construção de medidas de enfrentamento ao feminicídio, ao racismo e à violência institucional.
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais	SE	3F	Celular seguro	Reduzir e inibir a incidência de roubos, perdas e furtos de dispositivos móveis em todo o Brasil, fortalecendo a segurança e o bem-estar da população em geral.
		SENACON	17	Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br com foco na desjudicialização	Reduzir os litígios judicializados por meio do uso da plataforma Consumidor.gov.br, e aperfeiçoar métodos auto compositivos.
			50	Disponibilização do sistema Recall.gov.br	Promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de <i>recall</i> (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam à correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com a implementação do Sistema Recall.gov.br. Busca-se reduzir a burocracia e tornar intuitivos o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais	SENAJUS	20	Fortalecimento da autoridade central para a cooperação jurídica internacional	Fortalecer o papel do Ministério da Justiça e Segurança Pública como autoridade central para a cooperação jurídica internacional em matéria penal e cível, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, de acesso internacional à justiça, de adoção e subtração internacional de crianças e adolescentes, de extradição, de transferência de pessoas condenadas, de transferência da execução da pena e de recuperação de ativos.
			2U	Implementação da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia - PNMRA	Implementar a Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, com a finalidade de coordenar e articular ações descentralizadas, intersetoriais e participativas para garantir a defesa e o gozo dos direitos da população migrante, refugiada e apátrida, em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e com a participação de organizações da sociedade civil, de organismos internacionais e de entidades privadas.
3	Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade	PF	1K	ABIS - Nacional	Implementar uma solução de abrangência nacional, com o fim de estabelecer ações para viabilizar a unificação e a padronização das informações relativas às identificações civis e criminais dos órgãos de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal e da Polícia Federal, possibilitando maior eficiência na identificação do cidadão, de modo a contribuir para a segurança de suas relações com o Governo e para o enriquecimento do corpo probatório, bem como para a redução do índice de criminalidade.
			2A	Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos	Promover o aprimoramento da capacidade de identificar casos que envolvam o uso de criptomoedas em contexto criminoso, a adequada investigação e recuperação de ativos, bem como a adoção de uma iniciativa estruturada e sistematizada, a fim de garantir que sejam disponibilizados ao efetivo policial meios e informações necessários para a condução de investigações sobre o tema, e para a condução de estudos que agreguem valor à atividade policial.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
3	Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade	PF	1R	Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro	Melhorar a eficiência e a eficácia do Estado na prevenção, na repressão e na elucidação de crimes e de desastres ambientais em todo o território nacional, por meio de geotecnologia aplicada (Meio Ambiente Integrado e Seguro com o módulo Monitoramento e consciência situacional por sensoriamento remoto).
			2R	InovaCiber	Fortalecer e intensificar o combate a crimes cibernéticos no Brasil, por meio da inovação de metodologia e de ferramentas de investigação policial, bem como do fortalecimento da cooperação policial em nível nacional e internacional.
			2B	Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF	Implementar o Laboratório Nacional de Isótopos Forenses, em cooperação entre a Polícia Federal e instituições de pesquisa parceiras, com o objetivo de desenvolver e sistematizar o conhecimento técnico-científico, a partir da elaboração de protocolos de coleta e de padronização de análises de amostras criminais para a aplicação da metodologia isotópica em casos forenses, com o estabelecimento de um laboratório colaborativo interinstitucional e multiusuário dentro da estrutura organizacional do Instituto Nacional de Criminalística.
			2C	Programa Ouro Alvo – POA	Desenvolver métodos de exames periciais para aprofundar e sistematizar o conhecimento técnico-científico sobre o ouro irregular apreendido em operações pela polícia judiciária, fruto de usurpação, trabalho escravo, crimes ambientais e objeto de lavagem de dinheiro, visando fornecer subsídios na orientação proativa às equipes de investigação da Polícia Federal que atuam no combate às ilicitudes na cadeia do ouro ilegal em todo o território nacional, com ênfase nas regiões fronteiriças e Amazônica.
			1M	Prometheus	Modificar o procedimento preliminar à instauração de inquérito policial, prevendo a adoção do princípio da racionalidade, por meio da análise das ocorrências criminais, para que seja possível deliberar, em profundidade, sobre a viabilidade, a oportunidade e a necessidade de instauração de inquérito policial, tendo como base parâmetros estabelecidos institucionalmente entre Polícia Federal, Ministério Público Federal e órgãos parceiros.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
3	Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade	SENAJUS	75	Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - REDE-LAB	Fortalecer a Rede-Lab, mediante disponibilização de tecnologias, de banco de dados e de qualificação adequados, visando aumentar a eficiência dos laboratórios na execução dos procedimentos de análises e de tratamento de dados relacionados à lavagem de dinheiro e aos crimes conexos, além de promover a articulação entre as unidades da rede.
		SENASP	3B	Mapa da Segurança Pública	Elaborar o Mapa da Segurança Pública, contribuindo para a promoção da transparência e para a melhoria da qualidade dos dados, com a produção do conhecimento, o incentivo da avaliação de políticas públicas e a promoção do debate de novos temas acerca da segurança pública.
			3C	Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas - ENFOC	Proteger a sociedade, por meio da desarticulação do crime organizado e da visão sistêmica das Organizações Criminosas - Orcrim, mediante a integração institucional e informacional das redes de enfrentamento às Orcrim, valorizando os recursos humanos das instituições de segurança pública, e fortalecendo a investigação criminal e a atividade de inteligência.
			3D	Qualificação da investigação de homicídios	Incrementar a capacidade de investigação de homicídios pelas unidades especializadas, a fim de aumentar a taxa de esclarecimento de homicídios em âmbito nacional, contando, para a sua execução, com a ação integrada dos poderes executivos federal, estadual, municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações da sociedade civil, das organizações não governamentais e da sociedade em geral.
			92	Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos	Integrar operacionalmente todas as unidades federativas na Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, para a identificação de perfis genéticos de indivíduos previstos em Lei, o exame de vestígios pendentes em carteira e a inserção de todos os perfis elegíveis nos bancos de dados.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
4	Promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas	SENAPPEN	2P	Muralhas do Sistema Penitenciário Federal	Construir muralhas para o aprimoramento e para o reforço da segurança perimetral de penitenciárias federais.
			1F	Oficinas de trabalho prisional	Proporcionar às pessoas privadas de liberdade, do sistema prisional, a (re)alocação no mercado de trabalho, a obtenção de renda e a qualificação profissional, com foco na sua reintegração social.
			2Q	Ômega	Implementar a plataforma integrada de monitoramento e de inteligência, utilizando tecnologias avançadas com o objetivo de aumentar significativamente a segurança, a eficiência e a inovação dentro do Sistema Penitenciário Federal, garantindo um ambiente mais seguro e controlado para os detentos e para os policiais.
			1D	SISDEPEN Indivíduos	Integrar as bases de dados dos sistemas de gestão penitenciária das unidades federativas em repositório central.
5	Fortalecer a segurança viária e a mobilidade nas rodovias federais	PRF	2T	Aeromédico	Implantar bases de atendimento aeromédico para oferecer à sociedade um serviço especializado, tempestivo e integrado de atendimento pré-hospitalar aeromóvel e de resgate às vítimas de acidentes e demais urgências/emergências em rodovias federais e em áreas de interesse da União e dos Estados.
			13	Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV	Implementar o novo modelo de gestão da Segurança Viária, baseado no Plano de Ação da Década da ONU e no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - PNATRANS, que visa ao direcionamento das atividades de policiamento e às ações de integração e cooperação interinstitucional, apresentando propostas de atividades operacionais e medidas de gestão operacional nos trechos críticos em acidentes graves nas rodovias federais.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
6	Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública	SENASP	3E	Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - SIEVAP	Aprimorar os processos educacionais nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio da infraestrutura e da formação profissional.
7	Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas	SENAD	10	Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC	Desenvolver e dar subsídios para a formulação de políticas públicas amparadas no conceito de desenvolvimento social comunitário – compreendendo os conceitos de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento alternativo rural e urbano – aplicados ao cenário brasileiro da política sobre drogas, e priorizando a interface dessa política com as comunidades e grupos mais socialmente vulnerabilizados.
			2N	Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas	Implementar a Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas, em parceria com a sociedade civil, e alinhada aos objetivos de políticas públicas antirracistas, de promoção da equidade de gênero, da garantia dos direitos humanos e da proteção social a grupos mais afetados pela exclusão social, com especial atenção às mulheres negras e indígenas, em âmbito interministerial.
8	Aprimorar o processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas públicas		2M	Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos - SIGAP 2.0	Permitir o gerenciamento efetivo de seus recursos, centralizando as informações da gestão de ativos apreendidos, provenientes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal, das polícias estaduais e de outros órgãos que compõem o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, constituídos por peças judiciais e documentos diversos, para a instrução dos procedimentos administrativos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas, por meio de leilões ou de destinação de bens in natura, compreendendo indicação, cessão, custódia e doação de bens, conforme legislação de regência.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
9	Potencializar e aprimorar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	PF	1I	ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária	Desenvolver o ambiente digital do inquérito policial eletrônico da Polícia Federal, voltado à celeridade, à desburocratização e à economia de recursos empregados na investigação criminal, com a centralização e o compartilhamento de forma organizada, contínua e atualizada de dados de interesse.
		SE	1X	Segurança da informação e privacidade	Atuar como parceiro tecnológico para inovação, integração e execução de políticas públicas com as áreas de negócio, entregando sistemas, dados e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação de forma segura.

# PLANO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



# SUMÁRIO

DESCRIÇÃO	<b>3</b>
CENÁRIO	<b>4</b>
DESAFIO	<b>6</b>
OBJETIVO ESTRATÉGICO (Perspectiva Sociedade e Governo)	<b>7</b>
OBJETIVO ESTRATÉGICO (Perspectiva Foco de Atuação)	<b>7</b>
OBJETIVO ESTRATÉGICO (Perspectiva Pessoas e Infraestrutura)	<b>8</b>
OPORTUNIDADES	<b>8</b>
JUSTIFICATIVAS	<b>9</b>
PÚBLICO	<b>9</b>
PRODUTOS	<b>9</b>
TEMAS	<b>10</b>
ESTRATÉGIA OFFLINE	<b>11</b>

# DESCRIÇÃO

O presente Plano Específico de Comunicação vai apresentar diretrizes capazes de guiar a comunicação interna do Ministério da Justiça e Segurança Pública e melhor divulgar o Plano Estratégico do órgão. O objetivo é fazer com que os colaboradores do MJSP se sintam estimulados a participar das atividades e se interessem pelo trabalho desempenhado.

O conjunto de estratégias apresentadas pretende estimular colaboradores do MJSP a engajarem-se ao Planejamento Estratégico do órgão, assim como tornar transparente os conteúdos propostos, tornando-o acessível à sociedade.

Esse desafio tem como objetivo unir, ainda, a temática da campanha do MJSP referente ao comprometimento ético e eficiente, reconhecendo e compreendendo o cumprimento das metas e aprimoramentos dos indicadores estabelecidos no Planejamento.

# CENÁRIO

O Ministério da Justiça e Segurança Pública adota a gestão estratégica como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, buscando sempre a participação e o alinhamento entre suas unidades.

Para atingir o objetivo de integrar o corpo funcional e gestores do MJSP à nova gestão do órgão, o Planejamento Estratégico foi ajustado às novas expectativas e demandas e estabelece, para toda a organização, a sua missão, visão, os seus objetivos estratégicos e como alcançá-los por meio de projetos, indicadores e metas estratégicas.

Todos os produtos sugeridos levarão em conta a **missão, a visão e os valores** do órgão:

## MISSÃO

Atuar para a consolidação do Estado Democrático de Direito, zelando pela ordem jurídica, pelo cumprimento de garantias constitucionais e pela implantação de uma política de segurança pública cidadã.

## **VISÃO**

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da democracia e essencial na defesa da cidadania, na proteção de direitos, no fortalecimento do acesso à justiça e na gestão de uma política de segurança pública humanizada, em cooperação com os entes federados e com os demais Poderes.

## **VALORES**

- Ética
- Valorização das pessoas
- Defesa do interesse público
- Comprometimento
- Atuação colaborativa

A comunicação interna é desenvolvida para estabelecer canais que estimulem o relacionamento com os colaboradores, com o propósito de motivar, estimular, promover o trabalho e difundir os ideais da empresa.

# DESAFIO

Unir as metas do Plano Estratégico ao processo comunicativo para o reconhecimento e engajamento da comunidade do MJSP à cultura de gestão estratégica e para o alcance dos resultados do Planejamento Estratégico.

**O Planejamento Estratégico é tarefa diária e construída por todas as mãos:**

- Gestores
- Colaboradores
- Sociedade

Portanto, é preciso dar visibilidade ao Planejamento Estratégico para que seja parte da rotina de todos os executores e para que seus resultados sejam reconhecidos pela sociedade.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO** **(PERSPECTIVA SOCIEDADE E GOVERNO)**

- Promover a segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade
- Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO** **(PERSPECTIVA FOCO DE ATUAÇÃO)**

- Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade
- Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública
- Promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas
- Promover a gestão transversal das políticas públicas para redução do impacto social do álcool e outras drogas
- Fortalecer a segurança viária e a mobilidade nas rodovias federais
- Aprimorar o processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas públicas

# OBJETIVO ESTRATÉGICO

## (PERSPECTIVA PESSOAS E INFRAESTRUTURA)

- Promover a valorização, o desenvolvimento, a atração e a retenção de talentos
- Otimizar e consolidar a gestão e a governança institucional
- Potencializar e aprimorar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Otimizar a gestão orçamentária e financeira

## OPORTUNIDADES

Uma equipe interessada e engajada trabalha melhor e produz melhores resultados. Pela pluralidade de ações desempenhadas no Ministério da Justiça e Segurança Pública, há muitas maneiras de engajar os colaboradores por meio dos assuntos abordados. Com isso, podemos:

- Estimular os colaboradores a trabalharem mais assertivamente;
- Estimular a sensação de orgulho e pertencimento;
- Dar visibilidade institucional.

# JUSTIFICATIVAS

Ao trabalhar a comunicação interna, mantém-se os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos do MJSP

## PÚBLICO

Colaboradores e funcionários do Ministério da Justiça e Segurança Pública

## PRODUTOS

- Informe digital interno, com novidades e conquistas das equipes
- Enquetes interativas no e-mail para colher opiniões para a produção de eventos internos
- Imagens institucionais no Desktop dos computadores
- Novo layout para o Você.MJ respeitando a acessibilidade, a interatividade e a usabilidade
- Vídeo institucional, ressaltando as conquistas do MJSP
- Materiais digitais sobre o planejamento estratégico
- Divulgação do alcance de metas do Plano Estratégico nos quadros de avisos, TVs, e-mails, intranet e blogs internos
- Produção de eventos sobre o Planejamento Estratégico

# TEMAS

Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública

## ESTRATÉGIAS GERAIS DO PROJETO

Todo material divulgado pela Comunicação Interna segue o princípio do interesse público e/ou do interesse dos servidores especificamente. A Comunicação Interna estabelece, portanto, como premissa de sua linha editorial, a informação cujo conteúdo interfira na vida do servidor como cidadão e profissional.

Assim, predominam não só temas de serviços e aqueles relevantes para sua carreira no serviço público, como também matérias e peças de divulgação que atraiam o engajamento do corpo funcional para a elaboração, desenvolvimento e alcance de metas de gestão estabelecidas pelo ministério.

Os canais internos de divulgação serão instrumentos de mobilização, incentivo e chamamento dos colaboradores ao papel de corresponsáveis pelos resultados que o MJSP se comprometeu e deve entregar à sociedade.

# ESTRATÉGIA OFFLINE

## **Multiplicação do conhecimento**

É necessário que gestores e pontos focais disseminem para as suas equipes as informações do Planejamento Estratégico para mantê-las engajadas e motivadas.

Em paralelo ao trabalho dos multiplicadores, a comunicação interna elaborará conteúdos para divulgação nas plataformas internas de comunicação do MJSP. Isso inclui produção e publicação de matérias periódicas e/ou entrevistas com gestores e equipe sobre o andamento dos projetos estratégicos. A Assessoria de Comunicação (Ascom) ficará responsável por encaminhar esse conteúdo aos órgãos vinculados que também fazem parte do Planejamento Estratégico.

**MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA**

